
Segurança Pública em Tempos de Biopolítica

Marcus Vinícius Xavier de Oliveira¹

Resumo

O resultado de recente pesquisa acerca da maior preocupação que aflige a população brasileira na atualidade – segurança pública – rende ensejo para que pensemos a relação cada vez mais intensa entre vida e política a partir do marco teórico da biopolítica, tal como formulado por Michel Foucault em sua fase genealógica. O que sobressai dessa reflexão é a conversão da biopolítica em tanatopolítica na forma do abandono.

Palavras-chave: Segurança Pública, Vida, Política, Biopolítica.

¹ Professor Adjunto da Universidade Federal de Rondônia. Bacharel em Direito pela mesma Universidade. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Catarina. Doutorando em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Advogado. Tradutor. E-mail advmarcusvinicius@gmail.com marcusoliveira@unir.br.

1. Introdução

A maior preocupação que aflige a população brasileira no presente tempo é a violência. Pelo menos é esta a conclusão que emerge da pesquisa feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) no âmbito do Sistema de Indicadores de Percepção Social, intitulado “Assistência social - Percepção sobre pobreza: causas e soluções”, e que foi divulgada em 21 de dezembro de 2011². Dita pesquisa tinha como variáveis os seguintes tópicos: saúde, violência/insegurança, desemprego, drogas, pobreza/fome, corrupção, educação, desigualdade e outros. Segundo referido estudo,

Na opinião dos brasileiros, o maior problema atual do país é a violência/insegurança (23%), acompanhado de muito de perto pela saúde (22,3%). Corrupção e desemprego aparecem bem abaixo como o segundo conjunto de problemas mais citado. Educação fica com apenas 8% e a Pobreza/Fome foi mencionada por apenas 6,1% dos entrevistados, indicando fraca percepção do problema como o mais grave do país.³

Entretanto, é interessante perceber que quando se operou a distinção por região do país, aferiu-se que nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, o maior problema é a saúde; já nas regiões Norte e Nordeste o maior problema é violência-insegurança⁴. Já quando se operou a distinção por faixa de renda [variáveis: baixa renda entre 1 e 4 salários mínimos; alta renda, superior a 5 salários mínimos], o estudo apontou que

[...] também revelam diferentes percepções, principalmente quando se considera a população de baixa e alta renda. O gráfico 3 revela que a população de baixa renda considera saúde, violência/insegurança e desemprego como seus principais problemas. Os mais ricos colocam em primeiro lugar a corrupção (27,8%), seguido da saúde (26%), sendo que violência/insegurança quase se equipara a educação em sua ordem de preocupação [16,8%]. Chama a atenção que o desemprego quase não é problema relevante para os mais ricos, assim como a pobreza/fome não é muito considerada para esse grupo⁵.

² INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Assistência social - Percepção sobre pobreza: causas e soluções**, disponível em http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/SIPS/111221_sips_assistenciasocial.pdf, acessado em 20/01/2012, às 22:00:00.

³ IPEA, *op. cit.*, p. 4.

⁴ IPEA, *op. cit.*, p. 4.

⁵ Idem, p. 5.

Várias são as conclusões que se podem extrair dessa pesquisa, mas gostaríamos de frisar uma que põem em evidência uma característica da sociedade contemporânea: a demanda cada vez maior por políticas de segurança, mesmo que em detrimento dos direitos e garantias fundamentais assegurados constitucional e internacionalmente, como se existisse, de fato, uma incompatibilidade entre segurança pública e direitos humanos.

Embora existam vários paradigmas que nos permitam analisar esta demanda por segurança, no presente trabalho adotaremos o da biopolítica, desenvolvida por Michel Foucault em sua fase genealógica.

2 Biopolítica como conceito e como paradigma

Antes de tudo, é importante notar que a expressão biopolítica se forma a partir da junção de dois substantivos, a saber, **bio** (do grego “*bíos*”: vida) e **política** (do grego “*polis*”: cidade), designando a “[...] implicação cada vez mais intensa e direta que se estabelece, a partir de certa fase que se pode situar na segunda modernidade, entre as dinâmicas políticas e a vida humana entendida em sua dimensão especificamente biológica”⁶. Ou mais especificamente, conforme a própria explicação dada por Michel Foucault,

[...] o modo pelo qual, desde o século XVII, a prática governamental empreendeu racionalizar aqueles fenômenos suscitados por um conjunto de seres vivos constituídos em população: problemas relativos à saúde, à higiene, à natalidade, à longevidade, às raças e outros. Somos conscientes do papel cada vez mais importante que desempenharam estes problemas a partir do século XIX e também de que, desde então até hoje, se converteram em assuntos verdadeiramente cruciais, tanto desde o ponto de vista político como econômico.⁷

Roberto Esposito, ao sustentar a feição biopolítica da sociedade contemporânea, afirma que

⁶ ESPOSITO, Roberto. **Filosofia e biopolítica**, trad. Marcus Vinícius Xavier de Oliveira. **Revista Ethic@**, v. 9, n. 2, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

⁷ FOUCAULT, Michel. **Nacimiento de la biopolítica**, trd. Fernando Álvarez-Úria. **Archipiélago: cuadernos de crítica de la cultura**, Barcelona, v. 30, p. 119 (*Naissance de la biopolitique*)

[...] nenhuma das questões de interesse público – que são sempre mais difíceis de distinguir daqueles privados – é interpretável fora de uma profunda e frequente relação com a esfera da *bíos*. Do crescente aumento do elemento étnico nas relações entre povo e Estado, à centralidade da questão sanitária como índice privilegiado de funcionamento do sistema econômico-produtivo, à prioridade da ordem pública nos programas de todos os partidos, aquilo que se registra em toda parte é um tendencial desabamento da política sobre o fato puramente biológico, se não sobre o corpo mesmo daqueles que são ao mesmo tempo sujeitos e objetos.⁸

Em síntese, a acusação que se faz à política moderna, a partir do referencial da biopolítica, é a de ela se caracterizar como uma política sobre a vida, e não como uma política da vida⁹; um regime de governo sobre os homens, e não entre e pelos homens, no qual a vida humana, em suas mais mezinhas manifestações, é apropriada pelo exercício do poder político, apropriação que pode ter por fim tanto a sua proteção como o firme propósito de extingui-la¹⁰.

Michel Foucault, em verdade, ao discorrer sobre a biopolítica, usa palavras muito mais incisivas:

Se pudéssemos chamar “bio-história” as pressões por meio das quais os movimentos da vida e os processos da história interferem entre si, deveríamos falar de “biopolítica” para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana [...] o que se poderia chamar de “limiar de modernidade biológica” de uma sociedade se situa no momento em que a espécie entre como algo em jogo em suas próprias estratégias políticas. **O homem, durante milênios, permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivo e, além disso, capaz de existência política; o homem moderno é um animal, em cuja política, sua vida de ser vivo está em questão.**¹¹ (grifo nosso)

Não se pode perder de vista, entretanto, dois pontos pertinentes à biopolítica, um relativo ao seu conceito mesmo, outro relativo à sua estatura epistemológica.

⁸ ESPOSITO, Roberto. **Bios. Biopolítica e filosofia**. Torino: Einaudi, 2004, p. XVII.

⁹ ESPOSITO, Roberto. **Toda filosofia es em sí política**. Entrevista a Edgardo Castro, **Clarín**, suplemento Cultura, em 03 de dezembro de 2005, disponível em <http://www.clarin.com/suplementos/cultura/2005/03/12/u-936812.htm>, acessado em 20.05.2005, às 23:00:00.

¹⁰ FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**, trad. Maria Ermantina Galvão, São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 285-287.

¹¹ FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**, 16 ed., trad. Maria T. da C. Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque, 2005, p. 134.

No que concerne, primeiramente, ao aspecto conceitual, o fato de a biopolítica ter-se tornado numa das principais teorias do pensamento crítico contemporâneo acabou por gerar uma importante ambiguidade quanto ao seu significado, variando, pois, de obra a obra, de autor a autor, exurgindo desta pluralidade uma verdadeira aporia conceitual.

Assim, conforme aponta Roberto Esposito¹², tem-se uma clara divisão quanto ao significado que se deva atribuir à biopolítica, sendo que para uns a mesma deve ser entendida sob um viés afirmativo, vale dizer, que “[...] o biopoder está necessariamente destinado a converter-se em política da vida, sob o impulso irrefreável da multidão [...]”¹³, numa clara referência às obras de Antonio Negri e Michel Hardt - *Império*¹⁴ e *Multidão*¹⁵.

Já para outra vertente, a biopolítica é vista sob uma interpretação marcadamente negativa, vertente esta na qual se situam os pensamentos do próprio Roberto Esposito e o de Giorgio Agamben, isto é, de que toda biopolítica tende a converter-se numa política da morte, numa tanatopolítica, isto é, numa decisão política que implica no poder de matar a vida que não merece ser vivida.¹⁶ No presente trabalho adotou-se o parâmetro negativo de biopolítica.

Concernente à função epistemológica ocupada pela biopolítica na teoria crítica contemporânea, não resta qualquer dúvida de que se trata de um verdadeiro paradigma, afirmação que, obviamente, em nada auxilia na compreensão de sua função e de sua natureza.

A expressão paradigma surge no vocabulário da ciência contemporânea na década de 60 do século passado (século XX) com a obra de Thomas Kuhn, a *Estrutura*

¹² ESPOSITO, 2005, *passim*.

¹³ *Idem, ibidem*.

¹⁴ HARDT, Michael, NEGRI, Antonio. *Império*, 7 ed., trad. Berilo Vargas, São Paulo: Record, 2005.

¹⁵ HARDT, Michael, NEGRI, Antonio. *Multidão*, trad. Clóvis Marques, São Paulo: Record, 2005.

¹⁶ AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*, 2 ed., trad. Henrique Burigo, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p. 148-149.

das Revoluções Científicas¹⁷. No mesmo período, Michel Foucault publicou uma de suas principais obras – A Arqueologia do Saber¹⁸ – em que, conforme anota Giorgio Agamben¹⁹, utiliza a expressão por diversas vezes, como de resto, em suas demais obras, sem, no entanto, jamais a conceituar. Contudo, para diferenciar o seu objeto de estudo, e por consequência o seu próprio trabalho, do dos historiadores, denominou-o por “conhecimento embutido na prática”. Assim, no mesmo período histórico, temos dois autores que, cada um a seu modo, tematizam e se utilizam da palavra paradigma, autores que, sem qualquer dúvida, continuam a exercer enorme influência sobre o pensamento contemporâneo. Contudo, tinham eles a mesma compreensão acerca do significado de um paradigma?

Segundo Giorgio Agamben, o conceito de paradigma nos dois autores são distintos, diferença esta que é importantíssima para a compreensão da biopolítica.

Resumidamente, paradigma denota no pensamento de Thomas Kuhn tanto o conjunto de valores, práticas e técnicas compartilhados em determinado momento histórico pelos membros de uma comunidade científica e que tem por fim identificar qual hipótese se constituiria ou não um problema científico, como também “[...] um exemplo, um fenômeno único, uma singularidade, que pode ser repetido e assim adquirir a capacidade tácita de modelar o comportamento e a prática dos cientistas”²⁰.

Já para Michel Foucault um paradigma não decorria, pois, da existência de um consenso da comunidade científica acerca dos valores, práticas ou regras havidas em comum. Com efeito, “[...] Foucault deliberadamente ignora uma aproximação aos problemas tradicionais do poder fundados em modelos jurídicos ou institucionais para se concentrar na análise dos dispositivos positivos através dos quais o poder age sobre os

¹⁷ KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**, 9 ed., trad. Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira, São Paulo: Perspectiva, 2007.

¹⁸ FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**, 7 ed., trad. Luiz F. B. Neves, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

¹⁹ AGAMBEN, Giorgio. **What is a Paradigm?** A lecture by Giorgio Agamben, August 2002. Disponível em <http://www.egs.edu/faculty/agamben/agamben-what-is-a-paradigm-2002.html>, acessado em 25 de fevereiro de 2007, às 12:00:00.

²⁰ *Idem, passim.*

corpos dos sujeitos para governar e dar forma às suas formas de vida”²¹, já que seu método de procedimento investigava o “como” do poder, e não o que era o poder, isto é, nos efeitos de objetivação-subjetivação que o seu exercício desempenha sobre as pessoas:

O que tentei investigar [...] foi o *como* do poder; tentei discernir os mecanismos existentes entre dois pontos de referência, dois limites: por um lado, as regras do direito que delimitam formalmente o poder e, por outro, os efeitos de verdade que este poder produz, transmite e que por sua vez reproduzem-no.²²

Qual o procedimento de Michel Foucault para analisar o “como” do poder? Recolhendo fenômenos históricos concretos, singulares, que depois eram generalizados como parâmetros dos mecanismos de poder em forma ideal, concretizados no dia-a-dia da vida social, e que permitiria o controle, a subjetivação, a interiorização de valores e crenças, enfim, a servidão voluntária.²³

Assim, resta evidente que entre Thomas Kuhn e Michel Foucault o que existe em comum, no que concerne ao paradigma, é tão-somente o vocábulo, porquanto, epistemologicamente, o paradigma em referidas obras tem estrutura e funções distintas.

Entretanto, a biopolítica, tal como aqui apresentada, é um paradigma no sentido kuhniano, isto é, um conjunto de valores, métodos e pontos de vista aceitos pela comunidade científica, e que tem por função admitir um determinado problema e orientar uma investigação científica, ou em outras palavras, é um referencial teórico aceito pelo conjunto das ciências sociais nos dias atuais.

3 A biopolítica em Michel Foucault

Como já visto acima, Michel Foucault abdicou de uma análise institucional-substancialista do poder – o que é o Estado? O que é o poder? O que é a soberania? – isto é, uma abordagem tradicional da filosofia política e da ciência do direito, para se concentrar numa análise sobre o “como” do poder, isto é, uma análise que se centra tanto

²¹ *Ibidem, passim.*

²² FOUCAULT, Michel. **Soberania e disciplina**, in **Microfísica do poder**, 23 ed., trad. Maria Teresa de Oliveira e Roberto Machado, São Paulo: Graal, 2007, p. 179/181.

²³ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**, 33 ed., trad. Raquel Ramalhete, Petrópolis: Vozes, 2007, p. 169-170: “O panóptico deve ser compreendido como um modelo generalizável de funcionamento; uma maneira de definir as relações do poder com a vida cotidiana dos homens”.

sobre os discursos de verdade de que o poder necessita para se legitimar, como de seus efeitos, quer sobre indivíduos – o poder disciplinar – quer sobre uma população – o biopoder. Este “como” do poder é apreendido por Michel Foucault num ponto que medeia dois limites: num polo as regras de direito que delimitam formalmente o poder a partir do discurso da soberania, noutra polo aquilo que ele denominava por efeitos de verdade produzidos pelo poder, isto é, a criação de subjetividades. Entre estes dois polos é que se exerce o poder. O triângulo poder, direito e verdade.²⁴

A singularidade da obra de Michel Foucault em relação àquelas outras que se fundaram e se fundam numa análise substancialista do poder é a de demonstrar, a partir de uma abordagem que ele denominava de acontecimentalização, a relação indissociável entre o poder e os discursos de verdade das mais diversas ciências como forma de legitimar o seu exercício; que não existe poder sem saber; que não existe saber sem poder. A conhecida díade poder-saber.

O poder não seria exercido se não fosse posto em circulação por um saber, isto é, por um discurso de verdade que funciona como estratégia ao seu exercício sobre indivíduos ou sobre uma população, aos quais incute uma verdade e que os obriga a proferir esta verdade, a viver segundo esta verdade, de modo a tornar possível a dominação irrefletida. Contudo, o saber também não existiria sem o poder. A função do poder em Michel Foucault não é somente o de propiciar a dominação, como também o de fazer circular um saber que tem a finalidade de lhe dar legitimidade. Muito mais do que produzir ou formar um saber, o poder sustenta um saber de que necessita para ser exercido de forma incontestada.

O conceito de acontecimentalização emerge com muita clareza em Michel Foucault na conferência proferida em 27 de maio de 1978 perante a Sociedade Francesa de Filosofia, sob o título *O que é a crítica? Crítica e Aufklärung*:

O que eu entenderia por procedimento de acontecimentalização, devessem os historiadores gritar de horror, seria isso: de início, tomar conjuntos de elementos onde

²⁴ FOUCAULT, 2002, p. 28.

se pode perceber em primeira aproximação, portanto, de modo absolutamente empírico e provisório, conexões entre mecanismos de coerção e conteúdos de conhecimento. Mecanismos de coerção diversos, talvez mesmo conjuntos legislativos, regulamentos, dispositivos materiais, fenômenos de autoridade etc.; conteúdos de conhecimento que se tomará igualmente em sua diversidade e em sua heterogeneidade, e que se reterá em função dos efeitos de poder de que são portadores enquanto válidos, como fazendo parte de um sistema de conhecimento. O que se busca então não é saber o que é verdadeiro ou falso, fundamentado ou não fundamentado, real ou ilusório, científico ou ideológico, legítimo ou abusivo. Procura-se saber quais são os elos, quais são as conexões que podem ser observadas entre mecanismos de coerção e elementos de conhecimento, quais jogos de emissão e de suporte se desenvolvem uns nos outros, o que faz com que tal elemento de conhecimento possa tomar efeitos de poder afetados num tal sistema a um elemento verdadeiro ou provável ou incerto ou falso, e o que faz com que tal procedimento de coerção adquira a forma e as justificações próprias a um elemento racional, calculado, tecnicamente eficaz etc.²⁵

Disto decorre que a análise da política na genealogia se centra sobre uma caracterização bélica do poder. No curso no Collège de France de 1976 - Em defesa da sociedade -, Michel Foucault empreende a famosa inversão ao aforismo de Clausewitz - a guerra é a continuação da política por outros meios -, ao afirmar que, muito pelo contrário, “[...] a política é a guerra continuada por outros meios”²⁶.

Com isso ele pretendeu fazer frente àquilo que ele denominava de matriz econômica do poder, fundada quer no contratualismo, segundo o qual, o poder é assimilado formalmente a bens e direitos - o poder é algo que se possui ou não, é passível de ser transferido, quer por renúncia em favor de outro quer por sucessão -, de modo a constituir-se a sociedade política pela formação de um contrato social, quer no modelo marxista, cuja função do poder e seus consectários - direito, instituições etc - é a manutenção das relações de produção, permitindo a dominação classista. Em ambas, o que

²⁵ FOUCAULT, Michel. *O que é a crítica? Crítica e Aufklärung*, trad. Gabriela Lafetá Borges, disponível em <http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/>, acessado em 15 de fevereiro de 2006, às 3:00:00.

²⁶ FOUCAULT, 2002, p. 22.

caracterizaria o poder é ser fonte de repressão das individualidades, dos grupos e classes sociais que não possuem o poder, que são objeto de investida do poder, estando em jogo uma ideia de contrato-opressão, fundada na racionalidade legitimidade-ilegitimidade.²⁷ Contudo, embora Michel Foucault não abandone a ideia repressiva, ele inquire sobre o “como” se consuma esta repressão.

Esta matriz econômica do poder tem seu fundamento na teoria jurídico-política da soberania, cuja origem decorreu daquilo que Michel Foucault denominou de “*encomenda régia*”, isto é, foi formulada pelos juristas a serviço dos monarcas como forma de legitimar o seu reinado numa época em que se punha em questão a própria legitimidade de seu exercício, possibilitando, assim, a ocultação de um fato que deveria permanecer nas sombras: a dominação.²⁸

Ocorre que a teoria da soberania, no decorrer da história ocidental, não fundamentou somente a dominação do poder régio, mas antes foi encampada pelos que se contrapunham quer à monarquia quer ao exercício absoluto do poder monárquico, objetivando entronar ou outro soberano – a nação ou o povo – ou, no segundo caso, impor limites ao exercício do poder real. O que se tem aí? Uma luta, uma guerra entre discursos de verdade que buscam justificar, pelo discurso de verdade, pela revelação de uma verdade então oculta ou ocultada, determinado tipo de poder, sendo por isso que em Michel Foucault, é a guerra, e não a economia, a matriz de inteligibilidade do poder.

Assim, ao invés de ter-se um modelo econômico fundado numa díade contrato-opressão, tem-se um modelo de matriz bélica fundado numa díade guerra-opressão (ou dominação-repressão), que se caracterizaria pela existência de múltiplas lutas no seio de uma determinada sociedade como forma de impor e de se evitar uma submissão política.

Contudo, permanece uma aporia. Como conciliar a afirmação feita por Michel Foucault no curso *Em defesa da sociedade* de que se deve abdicar do modelo polí-

²⁷ *Idem, passim.*

²⁸ *Ibidem*, p. 27-28.

tico-jurídico da soberania, já que somente permitiria compreender aquele específico modelo de governo monárquico-absolutista, com a famosa inversão feita por ele em História da sexualidade 1: a vontade saber, mais especificamente no capítulo quinto, em que afirma textualmente “Por muito tempo, um dos privilégios característicos do poder soberano fora o direito de vida e morte [...] o direito de *causar* a morte ou de *deixar* viver [...] que foi [...] substituído por um poder de *causar* a vida ou *devolver* à morte [...] (destaques no original)”²⁹, isto é, fazer viver ou deixar morrer? Não se trata ainda aí de soberania? Se não é a soberania, que tipo de poder ele sustenta existir, uma vez que ainda permanece o discurso da soberania na sociedade ocidental? Como vista acima, o fato da soberania não ilide e nem se contrapõe ao poder disciplinar e ao biopoder, antes todos se complementam, de forma a permitir uma dominação ampla e cabal do homem, seja enquanto indivíduo seja enquanto espécie. O que deixa de existir, em verdade, é a soberania enquanto exercício concentrado do poder de violência, pois no pensamento de Michel Foucault o poder não é algo que se tenha, que se possa perder ou recuperar. O poder não é uma substância. O poder somente existe em ato. O poder se exerce, e onde há poder, há resistência.

Embora em Michel Foucault a soberania seja um modelo de discurso político-jurídico historicamente determinado, vinculado àquilo que em outra obra sua ele denomina de estado territorial, orientado pela razão política diplomático-militar formada a partir do Príncipe de Maquiavel, e que depois foi substituída pelo estado de população, orientado pela razão política da razão de estado – gênese das disciplinas -, e mais tarde pela teoria da polícia, a “*polizeiwissenschaft*”, matriz sobre a qual se alicerça o biopoder, o poder de gestão da vida³⁰, o discurso político-jurídico demoliberal não deixou de falar de e para afirmar uma soberania popular. De que se trata este discurso? De nova ocultação do fato da dominação³¹. Mas não a dominação de ordem concentrada nas mãos do soberano, mas a dominação executada na capilaridade das relações entre súditos, seja para executar uma anátomo-política do corpo (disciplinas), seja para executar

²⁹ FOUCAULT, 2005, p. 127-130.

³⁰ FOUCAULT, Michel. **A governamentalidade**, in **Microfísica do poder**, 23 ed., trad. Roberto Machado e Angela Loureiro de Souza, Rio de Janeiro: Graal, 2007, p. 278 *et. seq.*

³¹ FOUCAULT, 2002, p. 44.

uma biopolítica da população (biopoder).³² Ao lado do direito, fundado no discurso da soberania, com os seus respectivos códigos e instituições, existem outros poderes: o poder disciplinar, fundado não na lei, mas na norma, “[...] no nível das disciplinas e de seus efeitos de normalização e moralização [...]”, um conjunto de dispositivos disciplinares dotados de “[...] maior eficácia [...] que, em vez de negar e reprimir, atuavam discretamente na produção de realidades e efeitos desejados por meio de processos disciplinares e moralizadores”³³, e o biopoder. Estas modalidades de poder não se excluem, mas antes, coexistem e se articulam, de modo a possibilitar o atual estágio da política no ocidente, em que o poder tanto age sobre uma população quanto sobre o indivíduo, isto é, se articula uma gestão totalizante e individualizante.³⁴

Enquanto o discurso da soberania se fundava na racionalidade militar-diplomática do Príncipe de Maquiavel, a razão política que possibilita tanto o poder disciplinar quanto o biopoder é a teoria da polícia.

Esta racionalidade surgida entre os séculos XVII e XVIII utiliza o termo polícia não enquanto uma instituição que seja responsável pela segurança e paz públicas, tal qual o uso contemporâneo da expressão, mas sim “[...] uma técnica de governo própria ao Estado; domínios, técnicas, objetivos que apelam à intervenção do Estado”.³⁵ Doutro giro, o termo polícia pode designar o próprio estado nas obras dos autores que sustentam a teoria da polícia, que a usam como sinônimo de cidade, república ou estado.³⁶

O que diferencia a teoria da polícia em relação à racionalidade diplomático-militar é o surgimento de um novo problema governamental, a saber, a população. Se naquela racionalidade o que se impunha era a conservação do território enquanto elemento indispensável a uma soberania territorial sempre contestada, na teoria da polícia

³² FOUCAULT, 2005, p. 131.

³³ DUARTE, André. **De Michel Foucault a Giorgio Agamben**: a trajetória do conceito de biopolítica, in Ricardo Timm de Souza; Nythamar Fernandes de Oliveira. (Org.). **Fenomenologia Hoje III** - Bioética, biotecnologia, biopolítica, Porto Alegre: Editora da PUCRS, 2008, v. 3, p. 63-87

³⁴ AGAMBEN, Giorgio. **Il regno e la gloria**: per una genealogia teologica dell'economia e del governo. Homo sacer, II.2, Vicenza: Neri Pozza, 2007, p. 126.

³⁵ FOUCAULT, **A governamentalidade...**, p. 377.

³⁶ *Idem, ibidem.*

o que se impõe é o governo de homens reunidos em população, sendo nesta viragem que Giorgio Agamben, reportando-se a teoria de Michel Foucault, aponta a transição do estado territorial para o estado de população.³⁷

Conforme Michel Foucault, a teoria da polícia surge utópica na obra de Turquet de Mayne em 1611 e se transforma em prática governamental na ciência da administração alemã dos séculos XVIII e XIX, a “*polizeiwissenschaft*”³⁸. O que terá possibilitado esta transição da teoria à prática?

A arte de governar, tal como aparece em toda esta literatura, deve responder essencialmente à seguinte questão: como introduzir a economia – isto é, a maneira de gerir corretamente os indivíduos, os bens, as riquezas no interior da família – ao nível da gestão de um Estado? [...] Governar um Estado significará portanto estabelecer a economia ao nível geral do Estado, isto é, ter em relação aos habitantes, às riquezas, aos comportamentos individuais e coletivos uma forma de vigilância, de controle tão atenta quanto a do pai de família [...] Quesnay fala de um bom governo como de um “governo econômico”. E se Quesnay fala de governo econômico – que no fundo é uma noção tautológica, visto que a arte de governar é precisamente a arte de exercer o poder segundo o modelo da economia – é porque a economia [...] já começa a adquirir seu sentido moderno e porque neste momento se começa a considerar que é da própria essência do governo ter por objetivo principal o que hoje chamamos de economia.³⁹

A polícia deve se ocupar da administração dos aspectos positivos e negativos existentes no estado, e que assim podem ser resumidos: enquanto manifestações positivas, o estado deve administrar as pessoas em seus aspectos produtivos, tais como educação, determinação dos gostos e de suas aptidões, além da gestão dos bens do estado, entendido como o conjunto de atividades produtoras de bens, entre os quais se inclui o próprio território, não mais entendido como um domínio contestado, mas sim como um domínio no qual existe uma fonte econômica público-privada de riquezas. Já em seu

³⁷ AGAMBEN, *Homo sacer...*, 2004, p. 11.

³⁸ FOUCAULT, Michel. “*Omnes et singulatim*”: uma crítica da Razão Política, in DA MOTTA, Manoel Barros (Org.). *Ditos e escritos IV – estratégia, poder – saber*, trad. Vera Lúcia A. Ribeiro, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 377 *et seq.*

³⁹ FOUCAULT, *A governamentalidade...*, p. 281-282.

aspecto negativo, o estado deve gerir aqueles aspectos negativos da vida, tais como os pobres, as viúvas e órfãos, os desempregados, bem como a saúde pública, estabelecendo as formas de enfrentamento das doenças, das epidemias, das inundações e incêndios.⁴⁰ Em outras palavras, a polícia tem o papel de desenvolver

[...] a “comunicação entre os homens, no sentido amplo do termo. Sem isso, os homens não poderiam viver; ou sua vida seria precária, miserável e perpetuamente ameaçada [...] Como forma de intervenção racional exercendo o poder político sobre os homens, o papel da polícia é de lhes dar um pequeno suplemento de vida; e, assim fazendo, de dar ao Estado um pouco mais de força. Isso se faz através do controle da “comunicação”, quer dizer, das atividades comuns dos indivíduos (trabalho, produção, troca, comodidades) [...] **a polícia vela pelo vivo.** (grifo nosso)⁴¹

O governo, segundo a racionalidade diplomático-militar se relacionava ao indivíduo na medida em que o soberano detinha o poder de fazer morrer e deixar viver, com isto significando que o soberano tinha o poder de vida e de morte sobre os seus súditos, poder que se fundava no direito de confisco e de gládio. Ao deixar de exercer o seu direito de fazer morrer, o soberano permitia ao súdito viver. Na racionalidade do estado de polícia o poder é outro, é fazer viver e deixar morrer, com isto significando que o governo sobre uma população assume a vida do homem enquanto tal como a razão mesma dos atos de governo. Processa-se, pois, uma estatização da vida biológica, em que os cuidados com a mesma passa a ser o próprio objetivo do poder político.⁴²

E outra não é a definição que o próprio Michel Foucault dá a este paradigma central de seu pensamento, como fica evidenciado no curso do Collège de France dedicado ao Nascimento da biopolítica, e que segundo ele se caracteriza pelo

[...] modo pelo qual, desde o século XVII, a prática governamental procurou racionalizar aqueles fenômenos delineados por um conjunto de seres vivos constituídos em população: problemas relativos à saúde, à higiene, à natalidade, à longevidade, às raças e outros [...] Enquanto qualquer racionalização do exercício do governo tende a maximizar seus efeitos fazendo diminuir o mais possível seus custos (entendendo

⁴⁰ FOUCAULT, “*Omnes et singulatim*” ..., p. 378.

⁴¹ FOUCAULT, “*Omnes et singulatim*” ..., p. 379 et seq.

⁴² AGAMBEN, Giorgio. **Lo que queda de Auschwitz: el archivo y el testigo.** Homo Sacer III, 2 ed., trad. Antonio Gimeno Cuspinera, Valencia: Pre-textos, 2005, p. 162.

o termo *custos* não só no sentido econômico, como também em um sentido político), a racionalização liberal, pelo contrário, parte do postulado de que o governo (e aqui se trata, por hipótese, não tanto da instituição *governo*, quanto da atividade que consiste em reger a conduta dos homens no marco do Estado e com instrumentos estatais) não teria que ser para si mesmo seu próprio fim [...] E é assim que, *com toda a naturalidade* esta tecnologia de governo se encarrega dos problemas da população, uma população que em razão da força do Estado deve ser a mais numerosa e o mais ativa possível: saúde, natalidade, higiene, encontram, portanto, neste marco, sem dificuldade, um espaço importante. (grifo no original)⁴³

Assim, se o problema a ser enfrentado pelo governo de homens de modelo policial é dúplice, a administração da vida biológica de homens reunidos em população e a inserção e manutenção da economia na vida social como parâmetro de bom governo, é porque no estabelecimento do estado de população, estado e capitalismo entram em zona de confluência⁴⁴, e tudo, quer os créditos – homens e coisas – quer os débitos – fatores naturais que põem a vida biológica em risco e fatos naturais que podem gerar prejuízos vários – tomam parte na contabilidade governamental, cabendo às técnicas administrativo-econômicas, com os seus cálculos e estatísticas, e não à ação humana, enquanto sinônimo de ação política, gerir a vida, encarada como um fator de riqueza e pujança estatal.

A gestão da vida biológica pelo poder estatal implica, noutro passo, no estabelecimento de políticas sanitaristas e em práticas eugenistas, bem como na adoção de políticas humanitárias, isto é, em atos de gestão pública que têm por finalidade a depuração das doenças e pestes que possam criar riscos à população, como também, na adoção de políticas que, pelo exercício da violência ou mesmo da guerra, pretendem salvar a vida humana. A lógica oculta é bastante ambígua, e deve-se à genialidade de Michel Foucault o seu desanuviamento: para poder assegurar a vida é necessário matar, e as guerras, antes deflagradas em proveito e proteção do soberano, são agora esgrimidas para proteger a vida, e por isso, mais sangrentas e mais destrutivas do que aquelas outras. André Duarte afirma acerca desta asserção foucaultiana que

⁴³ FOUCAULT, **Nascimento de la biopolítica...**, p. 119-120.

⁴⁴ AGAMBEN, **Homo sacer...**, p. 11.

[...] ali onde nossa consciência moderna, iluminista, nos levaria a louvar o caráter humanitário de intervenções políticas que visam incentivar, proteger, estimular e administrar o regime vital da população, ali também o nosso autor descobre a contrapartida sangrenta desta obsessão do poder estatal pelo cuidado purificador da vida [...] tal cuidado da vida traz consigo, de maneira necessária, a exigência contínua e crescente da morte em massa, pois é apenas no contraponto da violência depuradora que se podem garantir mais e melhores meios de sobrevivência a uma dada população. Não há, portanto, contradição entre o poder de gerência e incremento da vida e o poder de matar milhões para garantir as melhores condições vitais possíveis. Como anunciou Zygmunt Bauman, “toda aposta na pureza produz sujeira, toda aposta na ordem cria monstros”.⁴⁵

Signo deste caráter genocida da biopolítica é a adoção, pelo estado nazista de políticas eugenistas, cuja finalidade foi a depuração racial da própria população nacional. Não uma guerra contra o estrangeiro, que lhe ameaça o território e a riqueza mobiliária e financeira, mas a “raça ruim” que vive no interior do próprio território, raça que deve ser dizimada a bem da raça pura que precisa ser cultivada e purificada. Trata-se ainda aí de quê? De uma política “humanitária”, pois, à luz das políticas eugenistas, a guerra que se trava, a morte imposta à vida que não merece ser vivida e que se extirpa do seio da sociedade, é uma guerra entre o humano (a raça superior e pura) e o inumano (a raça inferior e impura), bastando lembrar, quanto a isso, que “Não por nada, Hitler, chamado “o grande médico alemão”, considerava “a descoberta do vírus hebreu como uma das maiores revoluções deste mundo. “A batalha na qual estamos empenhados, continuava, é igual àquela combatida, no século passado, por Pasteur e Koch””.⁴⁶

Referida sociedade, gizada pela sanguinidade, é uma sociedade de sangue e guiada por uma analítica da sexualidade⁴⁷, na qual confluem num mesmo arcabouço jurídico-político lei e norma, direito e disciplina, em que

⁴⁵ DUARTE, 2008, *passim*.

⁴⁶ ESPOSITO, 2010.

⁴⁷ Em Foucault, a sexualidade deve ser encarada com um dispositivo político que permite ao Estado intervir sobre a vida biológica da população. Não o sexo em ato, mas a sexualidade da forma que é normalizada em referida sociedade, dispositivo que permite o acesso àqueles fenômenos naturais que então escapavam do poder: “[...] os mecanismos do poder se dirigem ao corpo, à vida, ao que faz proliferar, ao que reforça a espécie, seu vigor, sua capacidade de dominar, ou sua aptidão para ser utilizada. Saúde, progeneritura, raça, futuro da espécie, vitalidade do corpo social, o poder fala *da* sexualidade e *para* a sexualidade; quanto a esta, não é marca ou símbolo; é objeto e alvo” (grifos no original). FOCAULT, 2005, p. 138.

[...] a temática do sangue foi chamada a vivificar e a sustentar, com toda uma profundidade histórica, o tipo de poder político que se exerce através dos dispositivos de sexualidade. O racismo se forma nesse ponto (racismo em sua forma moderna, estatal, biologizante): toda uma política do povoamento, da família, do casamento, da educação, da hierarquização social, da propriedade, e uma longa série de intervenções permanentes ao nível do corpo, das condutas, da saúde, da vida quotidiana, receberam então cor e justificação em função da preocupação mítica de proteger a pureza do sangue e fazer triunfar a raça.⁴⁸

A política racista tem, assim, duas funções: a) o estabelecimento de uma censura no corpo social, na qual aparecem as raças boas e as raças más, bem como uma hierarquização racial: a raça boa deve governar e permanecer, a raça ruim ser dominada ou extinta; e b) instituir uma relação positiva entre o pertencente à raça boa e o da raça ruim: “quanto mais você matar, mais você fará morrer”, “se você quer viver, é preciso que você possa matar”, “se você quer viver, é preciso que o outro morra”.⁴⁹ Em síntese:

[...] o racismo vai permitir estabelecer, entre a minha vida e a morte do outro, uma relação que não é uma relação militar e guerreira de enfrentamento, mas uma relação do tipo biológico: “quanto mais as espécies inferiores tenderem a desaparecer, menos degenerados haverá em relação à espécie, mais eu – não enquanto indivíduo mas enquanto espécie – viverei, mais forte serei, mais vigoroso serei, mais poderei proliferar. A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura [...] Se o poder de normalização quer exercer o velho direito soberano de matar, ele tem de passar pelo racismo. E se, inversamente, um poder de soberania, ou seja, um poder que tem direito de vida e morte, quer funcionar com os instrumentos, com os mecanismos, com a tecnologia da normalização, ele também tem de passar pelo racismo. **É claro, por tirar a vida não entendo simplesmente o assassinio direto, mas também tudo o que pode ser assassinio indireto: o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc. (grifo nosso)**⁵⁰

Uma política de gestão da vida e da economia, a vida regrada e normalizada por padrões econômicos, tem necessariamente por parâmetro a satisfação de necessidades – reais e/ou fictícias, na verdade, mais fictícias do que reais, como o demonstra a

⁴⁸ FOUCAULT, 2002, p. 140.

⁴⁹ *Idem*, p. 304-305.

⁵⁰ FOUCAULT, 2002, p. 305-306.

sociedade de consumo atual. Que a política, nos tempos que correm, tenha por fundamento o desenvolvimento e a segurança é sinal de que o mundo ainda permanece sob a biopolítica, e neste sentido, a afirmação de Giorgio Agamben é bastante instigante:

Hoje enfrentamos a mais extrema e perigosa evolução do pensamento de segurança. No decurso de uma progressiva neutralização da política e da contínua entrega das tarefas tradicionais do Estado, a segurança se tornou no princípio fundamental da atividade estatal. O que acostumava ser uma dentre as várias medidas da administração pública, até a primeira metade do século XX, agora se tornou no único critério de sua legitimação política. O pensamento de segurança tem dentro dele um risco essencial. Um Estado que tem a segurança como a sua única tarefa e fonte de legitimidade é um organismo frágil: pode sempre ser compelido pelo terrorismo a torna-se, ele mesmo, em terrorista.⁵¹

Em outro texto, Giorgio Agamben nos lembra que a segurança se constitui no princípio fundamental sobre o qual se funda o estado moderno. Signo desta afirmação é a oposição feita por Thomas Hobbes entre segurança e medo, sendo esta a causa pela qual os indivíduos fundam uma sociedade política mediante a outorga de seus direitos naturais para que o soberano possa, na gestão da república, conferir segurança a todos. Não viria daí a presunção de incompatibilidade entre direitos e segurança?

4 Conclusões

Nesse sentido, não causa estranheza alguma que a segurança/violência seja posta como o principal problema da sociedade brasileira atual, ao lado – como não poderia de ser, a saúde –, dois campos de atuação do poder público em que a vida se encontra em questão. A (in)ação do Estado nessas áreas tanto podem fazer viver como deixar morrer a uma população que, como é sabido e ressabido, está desde sempre exposta ao abandono, o que em Michel Foucault é sinônimo de morte.

⁵¹ AGAMBEN, Giorgio. **On security and terror**. Disponível em <http://www.egs.edu/faculty/agamben/agamben-on-ecurity-and-terror.html>. Acessado em 10/12/2005, às 01:16:00.

Problemas como estes somente surgem quando, afinal de contas, o que se gere é a própria vida biológica de uma população, gestão, vale lembrar, que deve fazer frente à bipolaridade vida e economia. E enquanto este laço não for desatado, a vida sempre correrá o risco de ser posta em segundo plano, ou mesmo descartada, a bem do desenvolvimento e da segurança.

5 Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua I, 2 ed., trad. Henrique Burigo, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

_____. **Lo que queda de Auschwitz**: el archivo y el testigo. Homo Sacer III, 2 ed., trad. Antonio Gimeno Cuspinera, Valencia: Pre-textos, 2005.

_____. **Il regno e la gloria**: per una genealogia teologica dell'economia e del governo. Homo sacer, II.2, Vicenza: Neri Pozza, 2007.

_____. **On security and terror**. Disponível em <http://www.egs.edu/faculty/agamben/agamben-on-security-and-terror.html>. Acessado em 10/12/2005, às 01:16:00.

_____. **What is a Paradigm?** A lecture by Giorgio Agamben, August 2002. Disponível em <http://www.egs.edu/faculty/agamben/agamben-what-is-a-paradigm-2002.html>, acessado em 25 de fevereiro de 2007, às 12:00:00.

DUARTE, André. **De Michel Foucault a Giorgio Agamben**: a trajetória do conceito de biopolítica, De Michel Foucault a Giorgio Agamben: a trajetória do conceito de biopolítica. In: Ricardo Timm de Souza; Nythamar Fernandes de Oliveira. (Org.). **Fenomenologia Hoje III** - Bioética, biotecnologia, biopolítica, Porto Alegre: Editora da PUCRS, 2008, v. 3, p. 63-87.

ESPOSITO, Roberto. **Bios. Biopolítica e filosofia**, Torino: Einaudi, 2004.

_____. **Toda filosofia es em sí política**. Entrevista a Edgardo Castro, **Clarín**, suplemento Cultura, em 03 de dezembro de 2005, disponível em <http://www.clarin.com/suplementos/cultura/2005/03/12/u-936812.htm>, acessado em 20.05.2005, às 23:00:00.

_____. **Filosofia e biopolítica**, trad. Marcus Vinícius Xavier de Oliveira. **Revista Ethic@**, v. 9, n. 2, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**, trad. Maria Ermantina Galvão, São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. *"Omnes et singulatim": uma crítica da Razão Política*, in DA MOTTA, Manoel Barros (Org.). **Ditos e escritos IV - estratégia, poder - saber**, trad. Vera Lúcia A. Ribeiro, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**, 16 ed., trad. Maria T. da C. Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque, 2005.

_____. **O que é a crítica? Crítica e Aufklärung**, trad. Gabriela Lafetá Borges, disponível em <http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/>, acessado em 15 de fevereiro de 2006, às 3:00:00.

_____. **A arqueologia do saber**, 7 ed., trad. Luiz F. B. Neves, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. **A governamentalidade**, in **Microfísica do poder**, 23 ed., trad. Roberto Machado e Angela Loureiro de Souza, Rio de Janeiro: Graal, 2007.

_____. **Soberania e disciplina**, in **Microfísica do poder**, 23 ed., trad. Maria Teresa de Oliveira e Roberto Machado, São Paulo: Graal, 2007.

_____. **Vigiar e punir**, 33 ed., trad. Raquel Ramalhete, Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. **Nacimiento de la biopolítica**, trd. Fernando Álvarez-Úria. **Archipiélago: cuadernos de crítica de la cultura**, Barcelona, v. 30 (*Naissance de la biopolitique*).

HARDT, Michael, NEGRI, Antonio. **Império**, 7 ed., trad. Berilo Vargas, São Paulo: Record, 2005.

HARDT, Michael, NEGRI, Antonio. **Multidão**, trad. Clóvis Marques, São Paulo: Record, 2005.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Assistência social - Percepção sobre pobreza: causas e soluções**, disponível em http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/SIPS/111221_sips_assistencia-social.pdf, acessado em 20/01/2012, às 22:00:00.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**, 9 ed., trad. Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira, São Paulo: Perspectiva, 2007.